

**VINTE ANOS DA ATA DE BRASÍLIA: O PAPEL DA DIPLOMACIA
PRESIDENCIAL NA RESOLUÇÃO DO CONFLITO ENTRE EQUADOR E
PERU**

**TWENTY YEARS OF THE BRASILIA PEACE AGREEMENT: THE ROLE
OF PRESIDENTIAL DIPLOMACY IN THE RESOLUTION OF THE
ECUADOR-PERU CONFLICT**

Ricardo dos Santos Poletto¹

Mestrado em Diplomacia

Instituto Rio Branco

Brasília – DF – Brasil

Embaixada do Brasil em Bogotá (Colômbia)

Resumo: O aniversário de vinte anos da assinatura da Ata de Brasília, que colocou fim ao conflito fronteiriço entre Equador e Peru, motiva renovada reflexão sobre um marco da resolução pacífica de conflitos na América do Sul. Nesse contexto, o presente artigo pretende discutir o potencial do emprego da diplomacia presidencial, tendo por referência a publicação dos *Diários da Presidência* do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Ao colocar em relevo a perspectiva presidencial desse momento histórico, por meio de seleção de excertos pertinentes e contextualização de suas etapas, busca-se oferecer uma releitura dos desafios e do êxito das negociações de paz, assim como oferecer novos elementos sobre o papel desempenhado pelo Brasil como país garante.

Palavras-chave: Conflito Equador-Peru. Política Externa Brasileira. Diplomacia Presidencial.

Abstract: The twentieth anniversary of the Brasília Peace Agreement, which solved the border conflict between Ecuador and Peru, motivates renewed reflection on the framework of peaceful resolution in South America. This article intends to discuss the potential of presidential diplomacy, based on the disclosure of particular events of the book “Diários da Presidência”, by ex-president Fernando Henrique Cardoso. This discussion gives prominence to the presidential perspective of this historical moment and contextualises its stages and challenges, in order to offer new elements on the role played by Brazil as guarantor to the successful negotiations of peace.

Key-words: Ecuador-Peru Conflict. Brazilian Foreign Policy. Presidential Diplomacy.

Recebido: 31/08/2020

Aprovado: 23/09/2020

¹ ricardosp@hotmai.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3354-1255>

Considerações iniciais

Peru e Equador demonstram a todo o mundo, hoje, que o que distingue a América do Sul é o fato de ser uma região de paz. É o fato de ser uma região que elege a diplomacia e o direito internacional como estilo para superar divergências, que escolhe a boa convivência como passaporte para a modernidade (CARDOSO, 2018).

Há vinte e dois anos, Brasília foi palco da celebração do desenlace do último conflito armado entre duas nações sul-americanas. A Guerra de Cenepa, entre Equador e Peru, havia sido o enfrentamento mais intenso na região desde a Guerra do Chaco (1932-1935), entre Bolívia e Paraguai. A assinatura da Ata de Brasília pelos presidentes do Equador, Jamil Mahuad, e do Peru, Alberto Fujimori, culminou íngreme processo de negociação com a mediação de países garantes, Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos.

Transcorridas duas décadas, advém oportunidade de adicionar novos elementos à reflexão sobre aquele momento histórico. A recente publicação dos “Diários da Presidência”, obra por meio da qual o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso relata suas experiências de oito anos no Palácio do Planalto (1995-2003), revela-se uma valiosa fonte de informações sobre os bastidores da atuação brasileira, bem como sobre a importância e o alcance da diplomacia presidencial.

Os “Diários”, publicados em quatro volumes, são o produto da minuciosa tarefa concebida para registrar o dia-a-dia, a agenda, as impressões, as dúvidas, os anseios, as dificuldades e as reflexões pertinentes ao exercício da presidência da República. A transcrição dos áudios e, logo, a indefectível oralidade do registro imprimem, por sua espontaneidade, valor diferenciado à releitura dos fatos históricos. Ao mesmo tempo, a subjetividade intrínseca adiciona cor às interpretações sobre o curso dos acontecimentos. Em suas memórias, FHC não se limitou a narrar. Ao decidir organizar e publicar seu cotidiano no Planalto, o presidente externa decisão de não omitir suas próprias “vacilações, dúvidas e contradições” (Cardoso, 2015, p. 12).

Diante do conjunto de ocasiões em que desempenhou o papel de mediador entre as altas autoridades do Equador e do Peru, analisou a personalidade de seus interlocutores e até confessou pendores pessoais, sem nunca, contudo, comprometer o papel de facilitador que lhe foi confiado. Fernando Henrique foi anfitrião de diversas reuniões em Brasília, inclusive extensos

encontros entre os mandatários na residência oficial da Granja do Torto, e assumiu decisivo papel de liderança entre os países garantes do processo de paz.

Nesse quadro, o presente artigo possui o modesto, porém valioso, objetivo de oferecer nova luz sobre relevante fato histórico, ainda que com foco exclusivo na voz de um dos atores-chave do processo, sem enveredar por debates e cotejamento de outras fontes bibliográficas ou outras perspectivas oficiais. Justifica-se a abordagem unívoca pelo fato de que são novas e originais as revelações contidas no livro, em particular os contatos de alto nível – material hoje desclassificado. Revelam-se, assim, bastidores úteis para melhor compreender as complexidades de um processo de mediação desta natureza, incluindo episódios curiosos, como o vazamento de documento oficial do Itamaraty, a poucos meses da assinatura do Acordo, que poderia haver comprometido o andamento das negociações. Em seu devido contexto, os episódios narrados merecem, por si só, o esforço de sistematização e releitura, sob o prisma sempre dinâmico da política externa e da contribuição potencial para a releitura do papel desempenhado pelo Brasil e pela diplomacia presidencial em momento relevante das relações políticas sul-americanas.

Para tanto, o artigo está estruturado em cinco partes: i) síntese do conflito fronteiriço entre Equador e Peru; ii) breve discussão de marco analítico do conceito da “diplomacia presidencial”; iii) descrição histórica dos fatos narrados no primeiro volume dos Diários da Presidência (1995-1996), a respeito da gênese do processo de mediação; iv) descrição histórica dos fatos narrados no segundo volume (1997-1998), que culminam com a assinatura do Acordo; e v) conclusão sob as circunstâncias de evento no Palácio do Itamaraty que celebrou os vinte anos da Ata de Brasília.

1. Questão fronteiriça Equador-Peru, uma síntese

O presente artigo não pretende retomar os antecedentes, os detalhes e a cronologia das negociações, aspectos suficientemente discutidos e documentados pela academia, imprensa e chancelarias (Donoso, 2009). Busca-se, por meio de seleções do relato presidencial, adicionar novos elementos de contextualização e reflexão sobre o papel do Brasil e o curso dos acontecimentos que culminaram com a assinatura do Acordo de Paz de 1998.

O Protocolo de Paz, Amizade e Limites, assinado no Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1942, constituía a base da delimitação soberana entre Peru e Equador. Não obstante, por diferenças manifestadas pelas comissões demarcadoras, suspendeu-se a definição dos limites na cordilheira do Condor. Os dois países recorreram, então, à arbitragem que vem a confirmar os ditames do Protocolo do Rio. Persistiram, contudo, diferenças a respeito da demarcação que motivariam enfrentamentos armados intermitentes no curso de cinco décadas (Biato, 2016).

A fronteira terrestre entre os dois países remete à questão centenária, derivada, no período colonial, da imprecisa fixação de limites entre a Audiência de Quito e o Vice-Reino do Peru. Após a independência do Equador, emergiu a disputa fronteiriça na região amazônica, da qual resultaram sucessivos desencontros diplomáticos ao longo dos séculos XIX e XX, com particular intensidade em três ocasiões, i) a guerra peruano-equatoriana, transcorrida entre julho de 1941 e janeiro de 1942; ii) a guerra do Paquisha, em 1981; e iii) a guerra de Cenepa, em 1995. O primeiro confronto foi solucionado pelo Protocolo do Rio de Janeiro, de 1942.

O Protocolo do Rio determinou a abdicação da via armada pelos dois países para solucionar a controvérsia territorial, estabelecendo prazo para retirada das tropas peruanas de áreas ocupadas. Os países garantes – Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos – enviaram observadores militares para assegurar os compromissos assumidos pelas partes. Segundo o acordo, determinou-se em favor do Peru território de mais de 200 mil km² na Amazônia, cuja demarcação gerou divergências e, logo, a submissão da questão à arbitragem.

Figura 1 - Evolução da Fronteira Equador-Peru



Fonte: VARGAS, 2017, p. 415.

O capitão-de-mar-e-guerra brasileiro Braz Dias de Aguiar, na condição de árbitro, definiu, em julho de 1945, novos parâmetros para a linha de fronteira ao encontrar inexequível a delimitação baseada em *divortium aquarum* entre os rios Zamora e Santiago e a confluência deste último com o rio Yaupi. Na década de 1960, o Equador passou a defender a tese da nulidade do Protocolo do Rio de Janeiro sob o argumento de que fora assinado sob coação, com o propósito de restabelecer o *status quo ante*, pertinente à delimitação do período colonial (Vargas, 2017, p. 410-412).

A Guerra do Paquisha, em 1981, decorreu da reação militar do Peru à instalação de postos militares equatorianos a leste da cordilheira de Condor, zona de delimitação imprecisa nos termos do Protocolo do Rio de Janeiro. Ao término do breve conflito, os governos de ambos os países incrementaram sua presença militar na região, fator de tensão bilateral que desaguardaria em novos enfrentamentos uma década mais tarde.

Entre janeiro e fevereiro de 1995, Equador e Peru se enfrentam novamente para fazer valer sua visão sobre a demarcação da fronteira terrestre amazônica. O conflito motivou a intervenção de países do hemisfério com o objetivo de fomentar uma solução pacífica. Nos termos do Protocolo do Rio de Janeiro, os países garantes voltaram a reunir-se para promover a suspensão das ações armadas, na esteira da assinatura da Declaração de Paz do Itamaraty, de 17 de fevereiro de 1995.

Após sucessivas rodadas negociadoras para solucionar a questão fronteira bilateral, Equador e Peru assinaram, em 26 de outubro de 1998, a Ata de Brasília, por meio da qual aceitaram os termos da demarcação de 78 km de fronteira ainda pendente, de modo a consagrar o laudo arbitral do Protocolo do Rio de Janeiro, acompanhado de instrumentos e pareceres técnico-jurídicos complementares (Vargas, 2017, p. 414).

Segundo acordado, o Peru exerce a soberania sobre área fronteira de vinte quilômetros quadrados na zona do rio Cenepa, incluindo os picos da cordilheira do Condor e a região de Tiwinza, onde o Equador recebe o direito de área concedida como propriedade privada, não expropriável e submetida à legislação peruana, de região onde estão enterrados soldados equatorianos combatentes. Além disso, conforme estabelecido no Protocolo do Rio de Janeiro de

1942, o Peru garantiria às embarcações peruanas livre navegação pelo rio Marañón e seus afluentes (Cardoso, 2016, p. 731). Os trabalhos de demarcação da fronteira terrestre entre Equador e Peru encerraram-se, finalmente, em maio de 1999 (Vargas, 2017, p. 415).

2. Diplomacia Presidencial, marco analítico

O relato do presidente Fernando Henrique Cardoso a respeito de sua participação na resolução do conflito entre Equador e Peru encontra marco analítico na obra “Diplomacia Presidencial, história e crítica”, inspirada na experiência de adensamento da agenda diplomática conduzida diretamente pelo Chefe de Estado, precisamente no período entre 1995 a 2002 (Danese, 2017). Nesse período, emerge uma nova etapa de diplomacia presidencial, cuja manifestação se dá com uma intensidade então sem precedentes, ao responder não apenas a imperativos da conjuntura global pós-Guerra Fria e da proliferação de cúpulas como também ao conjunto de atributos e interesses pessoais do Presidente da República, que havia sido chanceler no período compreendido entre 1992 e 1993.

Esse realce a um instrumento tradicional na diplomacia mundial e mesmo na diplomacia brasileira (em relativa harmonia com a tendência mundial e regional) não tem precedentes na história diplomática do Brasil. Ele se deveu provavelmente a uma combinação inédita de dois elementos, a intensidade da agenda de política externa do presidente e a ênfase dada no discurso diplomático à diplomacia presidencial. Graças a essa combinação da prática e do discurso, não apenas a diplomacia presidencial passou a ocupar grande parte do debate e da informação sobre a política externa, mas o próprio enfoque da política externa em geral passou a ser fortemente marcado pelo prisma da diplomacia presidencial, que começou a organizar a ação diplomática, como vetor e elemento que lhe dá coesão e sentido (Danese, 2017, p. 37-38).

A agenda internacional do presidente também passou a reconfigurar a atenção da imprensa e da academia para temas da agenda global. A opinião pública, por sua vez, constitui referência nuclear da diplomacia presidencial, na medida em que associa, em sua formulação e execução, “projeto político interno e projeto diplomático externo” (Danese, 2017, p. 34). Ao mesmo tempo, cabe ter presente que o presidente se defronta com a escassez de um elemento fundamental para o desempenho das atividades diplomáticas: o tempo. Da leitura dos “Diários”, tem-se muito presente a multiplicidade de temas e agendas que orbitam, de modo dinâmico e simultâneo, em torno ao Palácio do Planalto. Em particular, cabe sublinhar que, para o caso em análise, boa parte das tratativas do presidente brasileiro deu-se durante contexto eleitoral. FHC seria reeleito no

primeiro turno das eleições realizadas em 4 de outubro de 1998, poucas semanas antes da assinatura da Ata de Brasília.

O embaixador Sergio Danese extrai as seguintes conclusões de sua análise sobre as particularidades da diplomacia presidencial, bem como seus limites e potencial como vetor de promoção de objetivos de política externa.

Essa análise permitirá consolidar algumas ideias fundamentais, 1) A diplomacia presidencial é um imperativo inescapável para o presidente brasileiro, que não poderá exercê-la apenas nas suas atribuições básicas; 2) A diplomacia presidencial tem uma forte componente de política interna, que não poderá ser ignorada pela chancelaria quando se valer do instrumento; 3) A diplomacia presidencial não se resume à diplomacia das visitas e encontros; e 4) A diplomacia presidencial é um instrumento valioso, mas complexo, de política interna e externa, que não pode ser usado indiscriminadamente em uma ou outra área (Danese, 2017, p. 65-66).

Não obstante, a atuação do Brasil diante da crise diplomática entre Equador e Peru respondeu apenas de forma aparentemente limitada aos componentes de política doméstica. Com efeito, em seu relato, o presidente FHC analisa o modesto impacto do acordo de paz junto à opinião pública brasileira, pouco atraída pelos temas de política internacional. Por outro lado, fica claro o emprego dinâmico da diplomacia presidencial, que transcende a mera repetição de encontros e visitas protocolares. O frequente contato do presidente com interlocutores centrais na contenda ilustra a implicação pessoal do mandatário com a solução de um problema concreto. Ao mesmo tempo, nota-se o uso consciente da diplomacia presidencial como um instrumento valioso de política externa, cujo emprego deve restringir-se, em princípio, a temas de natureza especial.

Outra questão inescapável para a compreensão do potencial e dos limites da diplomacia presidencial diz respeito à noção de liderança, como resultado da conjugação entre o perfil do mandatário e as aspirações do país que representa. A resolução do conflito bilateral entre Equador e Peru foi sintomática de um momento particular de elevação de perfil internacional do Brasil.

Diplomacia presidencial afirmativa e liderança são instâncias que se alimentam mutuamente. A elevação do perfil da diplomacia presidencial de um país como o Brasil necessariamente implica a noção de liderança. Se quisermos perseguir esse rumo, será eventualmente preciso assumir minimamente a ideia de prover liderança na nossa região. Será uma tarefa delicada e sensível, mas será preciso assumi-la, sob pena inclusive de tornar disfuncional a diplomacia presidencial inaugurada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e seguida pelo presidente Lula da Silva. No MERCOSUL, nas negociações hemisféricas, nas

relações com a África, na questão ambiental, na afirmação de uma doutrina mais incisiva de proteção da democracia com uso de instrumentos econômicos e em outras áreas há espaço para o exercício dessa liderança – como aliás ficou provado no encaminhamento da questão territorial entre o Peru e o Equador, em 1998 (Danese, 2017, p. 563).

3. Diários da Presidência, primeiro volume

Um dos temas que ocupou a agenda internacional dos anos iniciais de seu primeiro mandato presidencial foi precisamente o conflito entre Equador e Peru. Ao curso dos meses que duraram as negociações, FHC teve quatro interlocutores no Equador, Sixto Durán-Ballén (1992-1996), Abdalá Bucaram (1996-1997), Fabián Alarcón (1997-1998) e Jamil Mahuad (1998-2000). Alberto Fujimori, que governou o país por uma década, entre 1990 e 2000, foi, por sua vez, o interlocutor único do lado peruano.

A primeira referência ao conflito nos diários do presidente se dá em fevereiro de 1995. O presidente recebe uma ligação do mandatário equatoriano, Durán-Ballén, para relatar um endurecimento das posições de Fujimori. FHC interpreta que a crispação bilateral poderia ser alimentada por estratégia deliberada do presidente peruano, tendo em vista a proximidade de pleito eleitoral em seu país (Cardoso, 2015, p. 80). Com efeito, realizam-se, em abril de 1995, eleições gerais no Peru que resultam em sua reeleição para segundo mandato, derrotando, entre outros candidatos, o ex-secretário geral das Nações Unidas Javier Pérez de Cuéllar.

Simultaneamente, o presidente Fernando Henrique reflete sobre o papel desempenhado pelo Brasil como país facilitador, conforme inscrito no protocolo do Rio de Janeiro. Estima que a presença brasileira responde à necessidade de evitar que o conflito se agrave. Consciente de seu papel de neutralidade, o presidente brasileiro não omite, em sua autobiografia, percepções pessoais a respeito de seus homólogos. Trata-se de episódio ilustrativo no qual o estadista mantém à margem suas eventuais predileções ou juízos com o fito de resguardar suas responsabilidades institucionais. Segundo Cardoso (2015, p. 80), “Fujimori é frio, bastante hábil, enquanto o presidente do Equador é um homem generoso, apaixonado por sua causa. Eu, de coração, acho que ficaria com o Equador, mas o protocolo do Rio de Janeiro, que nos tornou garantes, não nos deixa atuar senão como árbitros.”

O presidente realizou, em março de 1995, uma de suas primeiras viagens como presidente, em roteiro que incluiu o Uruguai e o Chile. Em Montevideú, FHC comentou que, em

encontro de oito presidentes da região por ocasião de jantar oferecido pelo presidente uruguaio Luis Alberto Lacalle, o equatoriano Durán-Ballén recusou a mão estendida de Fujimori. O encontro presidencial contaminou-se, parcialmente, pelo contexto de tensão entre os dois países, ambiente desanuviado por discurso do anfitrião, ao pedir a paz entre os dois países vizinhos. O mandatário brasileiro secundou, “em nome de todos”, a exortação de Lacalle (Cardoso, 2015, p. 85).

O presidente realizou, em julho de 1995, viagem à Venezuela e à Argentina. Em Buenos Aires, na residência de Olivos, participou de jantar oferecido pelo presidente Carlos Menem a seus homólogos sul-americanos. Entre os convidados, mais uma vez, Durán-Ballén e Fujimori. Ambos buscaram contato com o presidente brasileiro. O presidente do Equador queixou-se da atuação da Comissão Mista Permanente de Fronteiras Equador-Peru (Momep).

O presidente do Equador me disse que queria falar comigo no dia seguinte, e o Fujimori contou que tinha um plano para me expor [...]. Durante a tarde estive com o presidente do Equador, que voltou aos mesmos temas. Tem a impressão de que a Comissão Mista, que devia garantir a paz, está fazendo uma demarcação para desmilitarizar a área, o que, segundo ele, prejudica os interesses do seu país. Na verdade, parece que eles estão querendo brigar de novo (Cardoso, 2015, p. 172).

No final do mesmo mês, FHC realizou viagem ao Peru para assistir à cerimônia de posse presidencial. Impressionou o presidente o forte esquema de segurança, ainda no contexto de atividade do grupo Sendero Luminoso. Na ocasião, encontraram-se diversos presidentes da região e FHC reiterou algumas impressões sobre o mandatário peruano.

O Fujimori fez um show perfeito na Assembleia, é um ator, ele mesmo faz o script. Tem algo de autoritário, na verdade tem uma certa similitude com o Fernando Collor. No entanto, é um homem mais sensato, foi professor, foi reitor da universidade, tem capacidade de falar diretamente ao povo com mais humildade. Além disso, tem senso de humor (Cardoso, 2015, p. 181-182).

Em outubro de 1995, a primeira-dama dos Estados Unidos, Hillary Clinton, realizou visita ao Brasil e a situação interna do Equador foi um dos temas tratados. O subsecretário de Estado para a América Latina, Alexander Wilson, compartilhou preocupação a respeito de risco de autogolpe. Segundo esse interlocutor, Durán-Ballén teria convocado as Forças Armadas para transmitir-lhes o comando do país, uma vez que seu vice-presidente, Alberto Dahik, havia renunciado por acusações de corrupção. O presidente comentou, em seus *Diários*, ter conhecimento da situação

por haver recebido telegrama a respeito do Embaixador do Brasil em Quito (Cardoso, 2015, p. 273).

Transcorreu-se quase um ano sem referências expressas do presidente FHC a respeito da evolução do conflito. Em setembro de 1996, o presidente relatou sua viagem a Cochabamba para participar de reunião do Grupo do Rio. Embora avalie a reunião como carente de substância, o presidente considera instrumentais os contatos bilaterais mantidos durante os dois dias em que esteve na Bolívia. Entre os temas fundamentais de suas entrevistas com seus homólogos, FHC inclui os pedidos de apoio do Equador no contexto do conflito com o Peru.

Deixando de lado esse registro das impressões ligeiras nesses contatos que tive com os chefes de Estado, o que mais importa é a Colômbia buscando o apoio do Brasil, (Cesar) Gaviria querendo que o Brasil ajude Cuba, o Equador pedindo interferência por causa do Peru (Cardoso, 2015, p. 730).

Nessa ocasião, o presidente encontrou-se pela primeira vez com Abdalá Bucaram, a cuja posse não havia assistido. O novo presidente do Equador havia sido eleito em julho de 1996 e tomara posse no mês seguinte, sucedendo a Sixto Durán-Ballén.

Ele foi me ver em Cochabamba e o achei um homem simpático, que sabe das coisas, tem uma certa noção econômica, mas a impressão foi mais positiva no contato comigo, bilateral. Na reunião plenária, tive uma sensação mais bizarra, ele me pareceu um pouco aloprado, mais quebrador de louça, entrava em assuntos sem muita compreensão deles (Cardoso, 2015, p. 728-9).

FHC relata reencontro com o presidente Bucaram na Cúpula Ibero-americana de Santiago, realizada em novembro, sem, contudo, entrar em detalhes (Cardoso, 2015, p. 823). A propósito, no mesmo mês, o presidente brasileiro recebeu a visita de Durán-Ballén e tampouco teceu comentários a respeito da conversa com o ex-presidente equatoriano (Cardoso, 2015, p. 830).

O primeiro volume dos Diários relata um episódio relevante da história recente peruana ao refletir o alívio do presidente brasileiro com a notícia da libertação do embaixador do Brasil em Lima, Carlos Luis Coutinho Perez, no contexto de ação dos guerrilheiros do Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) em tomada da residência do Embaixador do Japão no Peru, em dezembro de 1996. Após falar com a embaixatriz em Lima, FHC comenta sua dificuldade de comunicar-se com Fujimori, que lhe enviaria, no dia seguinte, carta sobre as providências do governo peruano para proteger a vida do embaixador brasileiro (Cardoso, 2015,

p. 876-877). Apenas em abril de 1997, a raiz da operação *Chavín de Huantar*, teria fim o cativeiro de dezenas de reféns.

Mais tarde, FHC registra, no momento em que recebia o embaixador Perez, o telefonema do presidente do Peru para se desculpar pela dificuldade de contato e para relatar as medidas do governo para lidar com a crise dos reféns do MRTA. O presidente brasileiro destaca a segurança e a firmeza de Fujimori em lidar com a situação, mesmo diante da ameaça de fuzilamento de seu chanceler peruano, Francisco Tudela, que estava entre os reféns (Cardoso, 2015, p. 879-880).

4. Diários da Presidência, segundo volume

O segundo volume dos “Diários”, que compreende o biênio 1997-1998, concentra as circunstâncias e episódios mais importantes para revelar novos elementos sobre o papel da diplomacia presidencial para o desenlace do conflito. FHC ressalta, na apresentação desse volume, a evolução da capacidade do Brasil de “estar presente na cena mundial”, que ilustra com seu empenho para celebrar a paz entre as nações vizinhas. “Neste volume se vê o enorme empenho despendido para lograr a paz entre Peru e Equador, pondo fim a um conflito intermitente de quase cinquenta anos” (Cardoso, 2016, p.16).

Em 15 abril de 1997, FHC menciona, brevemente, haver mantido reunião com os chanceleres de Peru e Equador, Francisco Tudela e José Ayala, e seus respectivos embaixadores em Brasília, Alejandro Gordillo e Cesar Valdivieso, para discutir a questão fronteiriça. Nessa ocasião, o presidente brasileiro afirma haver sido artífice de diálogo de encorajamento à paz.

A resolução do conflito foi, ademais, tema de conversações com outros atores internacionais, a exemplo do enviado especial do governo Bill Clinton para a América Latina, Thomas McLarty, com quem FHC reuniu-se por ocasião de sua visita aos Estados Unidos em junho de 1997; e no Brasil, em fevereiro de 1998 (Cardoso, 2015, p. 236 e 477). Além disso, menciona o tema em audiência concedida ao general John Shalikashvili, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas norte-americanas, em julho de 1997, em Brasília (Cardoso, 2015, p. 265).

Há um novo interregno de vários meses para menções do presidente sobre o contencioso. Nesse período, Bucaram sofreria *impeachment* e, em um confuso contexto institucional, sua

vice-presidente, Rosalía Arteaga, foi impedida de assumir funções. Enquanto não se realizavam novas eleições, Fabián Alarcón assumia o comando do país por designação do Congresso Nacional. Em janeiro de 1998, FHC narra conversação com Alarcón para “estimulá-lo nas negociações” com o Peru. Segundo FHC, o mandatário demonstrou boa disposição para resolver as diferenças que se arrastavam havia décadas (Cardoso, 2015, p. 463). Em 26 de janeiro de 1998, o presidente brasileiro recebeu seu homólogo equatoriano, que revelou a intenção de submeter o acordo de paz à consulta popular.

[...] recebi o presidente do Equador, que veio agradecer a minha interferência no conflito Equador-Peru e dizer que ele ia fazer uma consulta popular. Ele acha que 90% da população é a favor da paz com o Peru. Tem razão, como político que ele é, precisa se respaldar para assumir um compromisso forte como esse entre Equador e Peru. Ele estava muito contente com a ação do Brasil (Cardoso, 2015, p. 471).

Em abril de 1998, realizou-se, em Santiago, a II Cúpula das Américas. Nesse contexto, FHC recebeu, na Embaixada do Brasil no Chile, a visita do presidente Fujimori, que demonstrou disposição de oferecer contrapartidas ao Equador e expressou agradecimento pela contribuição brasileira aos entendimentos então em curso.

[...] recebi o Fujimori, muito entusiasmado com a atuação do Brasil na reconciliação entre Equador e Peru. Ele está disposto a dar direito de livre-comércio e navegação ao Equador, sob a condição de o Equador oferecer garantias nas fronteiras terrestres; parece que vamos indo bem. Se isso for feito, será um marco nas relações interamericanas. Fujimori veio me dizer que minha posição e a do Brasil foram essenciais. Quanto à minha talvez ele exagere; quanto ao Brasil, é verdade, nós ajudamos bastante (Cardoso, 2015, p. 547).

No discurso do encerramento da Cúpula, FHC recorda que falou, entre outros temas, da esperança nas tratativas em curso entre Equador e Peru, cujos “presidentes [estavam] fazendo um trabalho corajoso de pacificação” (Cardoso, 2015, p. 551).

O presidente Fernando Henrique passa a externar, com frequência, seu crescente entusiasmo diante da perspectiva de encerrar um dos conflitos remanescentes sul-americanos. Ao receber o presidente Fujimori, em 15 de maio de 1998, detalhou os aspectos finais da negociação, inclusive a proposta de criação de parque na região fronteira. A passagem de relato sobre as posições dos dois países justifica a transcrição integral do excerto dos “Diários”.

O encontro com Fujimori durou três horas, ele veio com uma equipe de jornalistas. Claro, antes de cruzar a fronteira eles avisaram a todas as agências do mundo que estava vindo para cá, quando chegou ao Alvorada havia mais de

cem jornalistas. No final do almoço, demos uma entrevista sobre os limites do Equador porque há uma polêmica na região do Cenepa, uma polêmica antiga, aliás, já com escaramuças militares, e ele está com medo de que haja tiros de um lado e de outro. Falei por telefone com o presidente do Equador, pedindo que ele fique de sobreaviso com tiros.

[...]

Na verdade, Alarcón não está preocupado com tiros; está preocupado é com laudo jurídico-técnico que desfavoreceu o Equador; eles não tinham razão mesmo. Nós forçamos um pouco uma semivictória do Equador e propus que inventássemos uma fórmula, que criássemos uma espécie de Parque da Paz dos dois lados da fronteira. O Fujimori concorda, mas acha que precisa ser com as fronteiras demarcadas. Alarcón não chegou a concordar, mas eu disse que o Brasil ia fazer uma proposta construtiva. Gosto do Alarcón, é um homem que tem coragem e mover o Equador, nesse caso, é muito difícil.

[...]

Se tudo der certo, será um êxito extraordinário e em 31 de maio firmaremos o acordo de paz em Brasília. Será para mim muito bom, porque acho que se encerra o último ponto de conflito na América do Sul (Cardoso, 2015, p. 580).

Apesar da expectativa do presidente de celebrar o acordo de paz no final de maio, a evolução dos contatos determinou a necessidade de novas rodadas de negociações. No contexto de viagem a Lisboa, em 21 de maio, FHC recebeu uma ligação do presidente equatoriano, preocupado com a data final do acordo e encarecendo uma “solução digna” para a questão do Cenepa, na cordilheira do Condor, um dos nós do litígio. O mandatário brasileiro reconheceu os motivos legítimos de Alarcón, apesar do caráter secundário do controle territorial do Cenepa do ponto de vista estratégico, e recordou sua proposta de criação de um parque na fronteira. “Na verdade é uma questão de pendor nacional, porque aquele matagal não serve para muito, embora esteja sendo disputado. Eu tinha sugerido, quando conversei com o Fujimori que se fizesse ali um Parque Internacional da Paz” (Cardoso, 2015, p. 587).

Nesse quadro, FHC instruiu, por intermédio de seu assessor diplomático, o embaixador Gelson Fonseca, que o embaixador Ivan Cannabrava discutisse a sugestão da criação do parque, como alternativa à delimitação de fronteira com marcos no solo, em reunião que se realizaria em Buenos Aires. A ideia consistia em arregimentar apoios entre os demais países garantes para a ideia do parque binacional, de modo a traduzir o acordo em solução aceitável para os equatorianos, que ainda resistiam à solução da demarcação fronteiriça.

Que fizéssemos uma fronteira moral com apoio dos garantes. Enfim, temos que buscar uma solução criativa para dar algo digno ao Equador. Seria muito positivo encerrar essa página sangrenta da história desses dois países, que já dura 56 anos, e que pudéssemos fazer um acordo no fim deste mês (Cardoso, 2015, p. 587).

Em 25 de maio, foi a vez do presidente do Peru entrar em contato com Fernando Henrique. Fujimori apresentou proposta em busca de solução do impasse. Mais que isso, instou FHC a convocar a reunião em Brasília conforme previsto, como demonstração de confiança no papel desempenhado pelo Brasil. “[...] acabei de falar com o Fujimori, que me propôs uma jogada de risco, mas boa, que é chamar aqui os dois, ele e o presidente do Equador, para tentar a paz, diz ele, antes que o Clinton faça isso. O Brasil é que deve ter a liderança do processo. Uma atitude positiva” (Cardoso, 2015, p. 591).

1º de junho, uma segunda-feira, reuniram-se, em Brasília, os presidentes do Equador e do Peru. A conversa foi construtiva. Em seu papel de mediador, FHC permitiu aos interlocutores avançar em solução de compromisso a respeito da demarcação da fronteira.

A conversa entre nós três foi excelente, eu mais ouvi. O Alarcón fez uma proposta concreta que não consta nem constará dos acordos, porque depende do Fujimori aceitar. Ele [Alarcón] quer que seja formalizada toda a fronteira, menos um pedacinho dela, onde seria feito um parque binacional. Mas ele garante toda a fronteira, portanto dá grandes ganhos de tranquilidade ao Peru. O Fujimori é frio e bom negociador. Mauad (sic) entusiasmado, inteligente, colocou as cartas na mesa. Eu, sem me manifestar, fiquei do lado do Alarcón, mas sei que vai ser difícil fazer com que Fujimori aceite ceder um pedacinho de terra no qual haveria dupla soberania, seria binacional (Cardoso, 2015, p. 596).

Nesse mesmo dia de reuniões em Brasília, um desafortunado vazamento de informação confidencial colocaria em risco o destino das negociações. No curso da reunião com seus homólogos, Fernando Henrique foi alertado, por meio de bilhete do embaixador Gelson Fonseca, da publicação pela imprensa brasileira de documento do Itamaraty preparado para orientar as conversações. O episódio causou constrangimento e grave preocupação ao presidente, que caracteriza o erro de “desastre absoluto”.

O documento sigiloso de seis páginas revelava, de modo potencialmente comprometedor, a posição de ambos os países, bem como a avaliação brasileira a respeito das propostas sobre a mesa. O texto, segundo o presidente, continha “linguagem forte para ser do Itamaraty”. Com efeito, em um trecho, avaliava-se que a criação do parque ecológico na área disputada atenderia “ao desejo equatoriano de camuflar a soberania peruana na zona” (Cardoso, 2015, p. 596).

O descaminho se originou de descuido de assessores do Palácio do Planalto, ao transmitir nota à imprensa acompanhada, acidentalmente, do documento secreto. A solução de controle de

danos encontrada pelo presidente foi desautorizar o documento em público, em pronunciamento conjunto com Fujimori e Alarcón. “Tive que fazer das tripas coração para desautorizar o documento em público, constrangido. Isso pode prejudicar as propostas de paz, seguramente criará dificuldades no Equador e no Peru. Enfim, achei um desastre de proporções alarmantes” (Cardoso, 2015, p. 596).

No dia seguinte, FHC ponderou, aliviado, que o vazamento do documento não teve a repercussão negativa que esperava. O Ministério das Relações Exteriores assumiu a culpa e a responsabilidade pelo episódio, mas foi isentado pelo presidente, que atribuiu o problema a erro de sua assessoria de imprensa. Em contato com o secretário-geral do Itamaraty, embaixador Sebastião do Rego Barros, o presidente respaldou a decisão de restar maior repercussão ao tema (Cardoso, 2015, p. 599).

Passaram-se algumas semanas até o amadurecimento dos contatos. FHC realizou visita aos Estados Unidos em princípios de junho, quando, entre outros compromissos, manteve reunião de trabalho com o presidente Bill Clinton e participou da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas (UNGASS). No contexto dessa viagem, também se encontrou com seus homólogos sul-americanos para conferir sequência às negociações, em que observava dificuldades para contemplar o pleito equatoriano.

Continuação das conversações entre Peru e Equador. Difíceis, há um pedacinho de terra de uns cinquenta quilômetros quadrados indispensáveis para o Equador e que o Peru não aceita ceder. Isso vai se prolongando até o limite. Fujimori, como já registrei, é um negociador frio, senti Alarcón no limite do desespero, porque ele não tem mais margem de manobra (Cardoso, 2015, p. 606).

Em 13 de julho, o secretário-geral das Nações Unidas foi recebido pelo presidente no Palácio do Planalto. Kofi Annan transmitiu a FHC elogios à participação brasileira na Assembleia Geral e pelos esforços para contribuir à pacificação entre Peru e Equador (Cardoso, 2015, p. 644). Mais tarde, em agosto, Fernando Henrique registra preocupação com o futuro do acordo. Em contatos tanto com o presidente eleito do Equador, Jamil Mahuad, como com o presidente peruano, percebeu cenário de deterioração. Comenta que o laudo geodésico sobre a disputa fronteira, preparado pela missão de observadores militares dos países garantes, não foi bem aceito pelos setores militares do Equador. Mahuad tomaria posse como presidente em 10 de agosto.

[...] nesses dias estive preocupado com o acordo entre Peru e Equador, falei com o presidente eleito do Equador, [Jamil] Mahuad, ele também manifestou preocupação. Quer que eu vá à sua posse. Falei com Fujimori, que confirmou que houve refrega lá, não exatamente refrega, mas rajadas de metralhadora. É um momento difícil, enquanto o novo presidente, Mahuad, não toma posse, ele não tem poder, e os setores militares do Equador não estão satisfeitos com o laudo. Estamos fazendo o possível para salvar a difícil pacificação entre os dois países (Cardoso, 2015, p. 665).

Em 12 de agosto, novo telefonema de Alberto Fujimori. O presidente peruano afirmou querer ir ao Brasil para conversar com Fernando Henrique e chegou a Brasília no dia seguinte, com a intenção de assinar o acordo estabelecido pelos países garantes.

Ontem eu tinha recebido um telefonema do Fujimori dizendo que queria vir ao Brasil falar comigo. Fujimori sempre artiloso, inteligente, o que ele queria, na verdade, eu vi hoje, era firmar o acordo que ficou estabelecido, pelos garantes do Protocolo do Rio de Janeiro (Brasil, Argentina, Chile e Estados Unidos), para separar as tropas do Equador e do Peru que estavam frente a frente. Veio hoje [...] (Cardoso, 2015, p. 669).

Com a presença de Fujimori, FHC convocou o que chama de “Estado-Maior do Itamaraty” – o chanceler Lampreia e os embaixadores Ivan Cannabrava e Gelson Fonseca – para discutir a situação da fronteira. Iniciou-se uma intensa sessão de consultas que durou várias horas. O presidente observou desgaste da posição de Fujimori e, inclusive, alguns sinais de enfraquecimento interno do mandatário peruano, razão que poderia ter-lhe motivado a buscar a realização da reunião em Brasília. Com efeito, o presidente confessa ter ficado “impressionado” ao verificar que Fujimori não possuía “a autoridade que imaginava [que] ele tivesse sobre a chancelaria e a tropa” (Cardoso, 2015, p. 671). Alcançou-se, apesar das resistências de membros da delegação peruana, um acordo que incluía a criação de uma área de observação da Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEP), comandada por um general brasileiro.

E vai prá cá, vai prá lá, telefonema daqui, telefonema para todo lado, para Lima a toda hora, para acertar, foram horas e horas de um regateio grande. Achei o Fujimori meio passado, porque ele veio dizer que estava tudo resolvido. Entretanto, o chanceler dele, [Eduardo] Ferrero, que é muito contra o acordo, suponho que como alguns militares, criou dificuldade até a última hora. Fujimori foi ficando numa posição difícil, porque ele não tinha autoridade para dizer “Faça-se!”. Foi graças à nossa pressão, da qual Fujimori se beneficiou, que conseguiu o acordo. Talvez por isso ele veio a Brasília. Acordo que não é de desmilitarização, mas que cria uma área sob observação da Momep, que são as forças sob o comando do general brasileiro Plínio [Abreu] para separar os equatorianos dos peruanos (Cardoso, 2015, p. 670).

Do Brasil, Fujimori seguiria para a Argentina com o objetivo de também entrevistar-se com Carlos Menem. Na sequência, pretendia participar, em 15 de agosto, da posse do novo presidente do Paraguai, Raúl Cubas, em Assunção, onde sugeriu estar disposto a manter encontro com seu homólogo equatoriano. Com o propósito de facilitar a interlocução entre os mandatários, FHC prontamente realizou consulta a Jamil Mahuad, em nome dos países garantes sul-americanos.

Mahuad, no começo, estava meio na dúvida, até que eu disse claramente que o Fujimori estava pedindo o encontro. Aí ele gostou. Falei em nome do Menem e do Frei, embora não tenha conversado com ambos, mas pedi para o chanceler dizer que ficaríamos muito contentes com a presença do Mahuad no Paraguai, o que seria um primeiro passo para uma relação entre o presidente do Peru e a nova direção do Equador. Tomara que dê certo. Falou-se à imprensa que talvez em setembro seja possível realizar o acordo. Seria maravilhoso, vamos ver (Cardoso, 2015, p. 670).

FHC se deslocou para Assunção para a cerimônia de posse do presidente Cubas e tinha a expectativa de acertar com Carlos Menem os detalhes dos entendimentos prévios de Brasília. A posse em Assunção ofereceu oportunidade para construir pontes e dar um “empurrão” no acordo de paz.

O dia seguinte, sábado, houve a transmissão de posse do novo presidente, almoço na casa dele, porém o mais importante não foi isso. Foi que nesse dia 15 tivemos o encontro com o presidente Mahuad, do Equador, que resultou em mais um empurrão na pacificação entre Equador e Peru. Também houve um encontro com Fujimori, que estava vindo da Argentina. Ele deu declarações na televisão muito positivas. Foi uma coisa boa (Cardoso, 2015, p. 671).

Seis semanas mais tarde, em 29 de setembro, realizou-se nova reunião em Brasília. Mahuad e Fujimori entram em acordo, por ocasião de encontro facilitado por FHC na Granja do Torto. Os dois mandatários encontraram fórmula para a questão particular da localidade de Tiwinza, na fronteira bilateral e solicitaram que o plano de compromisso fosse apresentado como proposta dos países garantes. Possivelmente motivados pelo antecedente da reunião de 1º de junho, houve uma preocupação expressa dos presidentes em prevenir vazamentos.

Tivemos um encontro com Fujimori e com Mahuad, presidente do Equador. O encontro transcorreu bem, nós três juntos, eles têm um plano que não contei integralmente a ninguém. Pediram que eu não contasse. Eles já chegaram a um acordo sobre uma fórmula capaz de contemplar os dois países, aceitando a decisão jurídico-técnica dos profissionais membros dos países garantes, apenas na parte peruana haverá a concessão, a título de propriedade privada (em Tiwinza), de uma área que será acessível aos equatorianos através de uma estrada carroçável de cinco metros de largura. Com isso os dois poderão dizer que tiveram Tiwinza. Me pareceu um plano um pouco esfarrapado, mas como havia entusiasmo de parte a parte, tudo bem. Agora, esse acordo não se fará de

forma direta. Eles pediram que os garantes, no caso coordenados por mim, proponham isso a eles (Cardoso, 2015, p. 712).

Nesses termos, os presidentes sugeriram que, após a VIII Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-americana, que se realizaria nos dias 16 a 19 de outubro no Porto, Portugal, Fernando Henrique viajasse a Washington para comunicar Bill Clinton do curso final das tratativas e do propósito de realizar uma reunião nos Estados Unidos. Acordou-se realizar novo encontro em Brasília, no qual seria assinado o documento final. A insistência de realizar reunião também em Washington partiu de Mahuad “porque ele acha[va] que isso lhe daria mais espaço no Equador para aprovar [essa] fórmula” (Cardoso, 2015, p. 712). Finalmente, Fujimori e Mahuad fizeram proposta, aceita pelo presidente brasileiro, de marcar um plano de retirada das minas terrestres plantadas por ambos os lados na faixa fronteira.

Em princípios de outubro, vésperas das eleições no Brasil nas quais FHC seria reeleito no primeiro turno, Fujimori entrou em contato com ele para manifestar disposição de antecipar o cronograma de desminagem discutido em Brasília e, assim, acelerar a assinatura do acordo de paz. O presidente do Peru respondia a um contexto doméstico de crescente resistência ao acordo, cujo maior símbolo seria a demissão do chanceler Eduardo Ferrero, substituído por Fernando de Trazegnies. Nesse quadro, Fernando Henrique convocou seu chanceler para acompanhar os entendimentos bilaterais em Nova York, quando Equador e Peru esperavam receber proposta de redação final do acordo por parte dos países garantes que refletisse os entendimentos prévios entre Fujimori e Mahuad, amenizando assim as críticas internas que poderiam receber.

Recebi o Lampreia, porque o Fujimori tinha me telefonado para dizer que queria antecipar o cronograma [de desarmamento] combinado aqui em Brasília. Ou seja, queria tentar fazer com que hoje, sábado [3 de outubro de 1998], se chegasse a um entendimento em Nova York com Mahuad e, em vez de eu ir aos Estados Unidos para receber a proposta deles, que eu mandasse o Lampreia, adiantando assim a assinatura do acordo [de paz] para o dia 14 [de outubro]. Explicou que fazia isso porque ele enfrentava resistências no Peru. Ocorre que hoje saiu nos jornais que o [Eduardo] Ferrero, o ministro das relações exteriores, se demitiu. A resistência devia ser dele ou de um grupo maior das Forças Armadas. Não sei, portanto, o que vai resultar disso. Chamei o Lampreia, contei o plano, e o que eu sabia dele, que já registrei aqui, para que estivéssemos preparados para uma realidade hostil (Cardoso, 2015, p. 715).

Fernando Henrique recebeu, em 8 de outubro, na Granja do Torto, mais uma vez, os mandatários de Equador e Peru, que insistiam na necessidade de que o acordo secreto fosse anunciado como

de autoria dos países garantes. FHC assumiu o papel de convencer os demais presidentes desse entendimento e, ao mesmo tempo, o presidente Clinton de que o acordo estava suficientemente maduro para que ele pudesse receber Fujimori e Mahuad em Washington. O contexto interno no Brasil também era intenso e o presidente observava, naquele momento, o peso de sua agenda – “Estou negociando, ao mesmo tempo, as pazes entre Equador e Peru, a posição do Brasil no Fundo Monetário Internacional, inclusive no que diz respeito à nova ordem mundial, e todo o jogo político aqui dentro para conseguir o ajuste” (Cardoso, 2015, p. 723).

[...] A velha rixa entre eles está nos arranjos finais. Eles fizeram o acordo secreto em que está definida a linha de demarcação [das fronteiras], como é, como não é, quais são as condições. Entretanto querem que eu e os demais garantes, ou seja, o Menem, o Clinton e o Eduardo Frei, apresentemos essa proposta como se fosse nossa. Tudo bem. Falei com o Frei, falei com o Menem, falei com o Clinton. O Clinton me disse que só os receberia depois de conversar comigo, para ver se a coisa está madura. Falei de novo com Clinton, disse que ele poderia recebê-los, eles devem ter sido recebidos hoje na Casa Branca (Cardoso, 2015, p. 722).

Realizou-se, conforme previsto, a Conferência Ibero-americana do Porto, ocasião na qual FHC manteve encontro com vários presidentes, avistando-se novamente com Fujimori e Mahuad. Para o presidente brasileiro, também foi momento oportuno para concertar a posição dos garantes sul-americanos, em contatos com Carlos Menem e Eduardo Frei. Além disso, FHC deu declarações à imprensa sobre o assunto (Cardoso, 2015, p. 732).

Tive reuniões com o pessoal do Equador, já finalizamos o acordo. Informei ao Frei e ao Menem os detalhes do acordo fechado, que eles não conheciam. Equador e Peru nos passaram a carta resposta sobre o entendimento. Já estava tudo combinado, embora os documentos públicos dos dois países não devam se registrar que os presidentes já chegaram a um acordo.

[...]

O entendimento parece razoável, mantém-se o laudo anterior, do Tratado do Rio de Janeiro, com as correções feitas pela comissão jurídico-técnica que analisou o conjunto recentemente, com as concessões feitas por Fujimori no sentido de ceder um quilômetro quadrado da área de Tiwinza onde há um cemitério equatoriano dentro do Peru. A área será propriedade privada equatoriana. Isso vai ser anunciado como decisão nossa, quer dizer, minha, do Clinton, do Frei e do Menem nesta semana, e na segunda-feira eles devem vir todos a Brasília assinar o acordo (Cardoso, 2015, p. 731-2).

FHC comenta, em 23 de outubro, que realizou gravação no Palácio do Planalto em que anunciou a proposta de pacificação entre Equador e Peru e a realização de cerimônia de assinatura, três dias mais tarde, em Brasília, do correspondente Acordo de Paz, com a presença de convidados

internacionais (Cardoso, 2015, p. 736). O presidente brasileiro destaca a participação dos reis da Espanha, Juan Carlos I e Sofia, e dos presidentes da Argentina, Carlos Menem; da Bolívia, Hugo Banzer; do Chile, Eduardo Frei; e da Colômbia, Andrés Pastrana. Além disso, assistiram o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), César Gaviria, e o cardeal Darío Castrillón, representante do Papa João Paulo II. Dias mais tarde, Bill Clinton – representado na cerimônia de assinatura do Acordo de Paz por seu enviado Thomas McLarty – telefonou a Fernando Henrique para felicitá-lo (Cardoso, 2015, p. 742).

FHC descreveu de forma sucinta a culminação de meses de negociações das quais havia tomado parte direta. A Ata Presidencial de Brasília, ou Tratado do Itamaraty, de 26 de outubro de 1998, uma segunda-feira, colocou ponto final em um dos conflitos mais persistentes da América do Sul. Não por acaso, a cerimônia reuniu sete presidentes da região. O presidente brasileiro era consciente da transcendência do acordo para a região, celebrava a realização de um momento “histórico” apesar do que considerava uma limitada repercussão interna, “No Brasil ninguém dá muita importância, mas na América Latina todos sabem que é histórico” (Cardoso, 2015, p. 739).

A cerimônia de assinatura, seguida de almoço no Palácio da Alvorada, teve profundo impacto em Fernando Henrique, que recebeu o reconhecimento de seus pares pelo empenho brasileiro em sua “ação pacificadora”. Em particular, FHC destacou o tom emotivo do discurso do presidente Jamil Mahuad, que recordou as experiências de seu avô paterno, Jalil Mahuad, na guerra entre Equador e Peru de 1941.

A cerimônia foi de manhã no Itamaraty, algo realmente marcante, comovente. O discurso do presidente do Equador, Mahuad, me emocionou, porque o avô dele foi combatente contra o Peru e agora ele faz as pazes com o país. Eu assumi os riscos, o apoiei muito, eles disseram isso, e fizeram homenagens ao Brasil, à nossa ação pacificadora. Enfim, foi um dia grandioso (Cardoso, 2015, p. 740).

Conclusão, vinte anos depois

O Ministério das Relações Exteriores realizou, em 16 de outubro de 2018, sessão solene em homenagem aos 20 anos da assinatura do Acordo Global de Paz entre Peru e Equador. O evento contou com a assistência do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira; do ministro da Defesa, Joaquim Silva e Luna; do ex-presidente e senador Fernando Collor, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, ademais

de diplomatas envolvidos nas negociações de paz e de militares que participaram da MOMEF. Dentre os convidados especiais, estavam os então chanceleres do Equador e do Peru, José Ayala Lasso e Fernando de Trazegnies Granda, que também tiveram ocasião de ministrar palestras alusivas à efeméride no Instituto Rio Branco (MRE, 2018).

Em seu discurso, o chanceler brasileiro celebrou a realização de um “grande feito diplomático” ao estabelecer as condições para a paz definitiva entre duas nações vizinhas. Nesse sentido, expressou orgulho pelo papel desempenhado pela diplomacia brasileira, cuja liderança reflete-se nas denominações dos instrumentos que marcam as distintas etapas de um largo processo – o Protocolo do Rio de Janeiro, de 1942; a Declaração de Paz do Itamaraty, de 1995; e a Ata de Brasília, de 1998.

[...] E assim foi assinada a paz, em 26 de outubro de 1998. Eu me lembro perfeitamente da emoção do presidente Fernando Henrique Cardoso quando esse processo foi concluído [...] não apenas Fernando Henrique, mas também os mandatários dos dois países, Equador e Peru, se envolveram pessoalmente, com muita dedicação, em um exercício de diplomacia presidencial, que foi seguido, consolidado, pela atividade dos diplomatas dos países (Ferreira, apud MRE, 2018).

O ex-chanceler do Equador recordou a paz como um direito humano, cuja importância transcendeu a mera normalização das relações bilaterais para atender os interesses e aspirações de toda a América Latina. O representante equatoriano recordou a existência de escritórios próprios para as delegações do Equador e do Peru no Itamaraty e a importância das negociações processuais, que precederam e pavimentaram o ambiente das tratativas substantivas, para as quais, “não poucas vezes”, a chancelaria brasileira contribuiu para reduzir as tensões e facilitar os encontros.

[Ecuatorianos y peruanos], acostumbrados [...] a considerarnos rivales y permanentemente en controversia, [...] desde el año 1998 hemos vuelto a encontrar nuestra fraternidad y ahora socialmente son los actores de una nueva aventura de paz, que es una aventura de luchar para resolver los problemas comunes (Lasso, apud MRE, 2018).

O ex-chanceler peruano, por sua vez, recordou o caminho para superação das diferenças e construção de uma relação entre irmãos e vizinhos. Apesar das origens comuns, do império inca e da colonização espanhola, prevalecia até então uma relação conturbada. Recordou as reuniões no Brasil, nas quais foi presidente da delegação peruana, e o desejo de chegar a uma solução

justa. “Uno de los hechos más importantes en la búsqueda de la paz [...] fue recibir la ayuda que Brasil nos dio tanto al Ecuador cuanto al Perú para superar las severas contraposiciones que habían surgidos con los años y lograr una cálida vida política social de hermanos y vecinos”. (Granda, apud MRE, 2018).

Vinte anos depois, o reencontro no Palácio do Itamaraty cumpriu o propósito de homenagear os esforços em favor da paz e, nas palavras do chanceler brasileiro, de “honrar acontecimentos relevantes do passado, mantê-los vivos, e tirar deles os ensinamentos para as atividades presentes e futuras da diplomacia” (Ferreira, apud MRE, 2018).

A Ata de Brasília representa episódio relevante para compreender o papel do Brasil e, em particular, da diplomacia presidencial para a construção de uma zona de paz e integração na América do Sul. Seus protagonistas podem ainda iluminar nossa compreensão desse momento histórico ao revelar detalhes sobre os bastidores das negociações diplomáticas no âmbito regional. A declaração de paz entre Equador e Peru reflete, por fim, o significado da diplomacia presidencial como instrumento para alcançar os mais elevados objetivos de política externa.

Referências

- BATISTA, Nilton José. (2005) A participação do Brasil no processo de paz Equador-Peru. *In* CRUZ, Luiz (Coord.). **Brasil em Missões de Paz**. São Paulo: Usina do Livro.
- BIATO, Marcel Fortuna. (2016) The Ecuador-Peru Peace Process. **Contexto Internacional**, v. 38 (2).
- CARDOSO, Fernando Henrique. (2015) **Diários da Presidência – 1995-1996**. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2016) **Diários da Presidência – 1997-1998**. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2018) **Discurso do presidente da República Fernando Henrique Cardoso por ocasião da cerimônia de assinatura da Declaração de Paz entre Equador e Peru**. Brasília, 26 de outubro de 2018. Publicado em [<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1998-1o-semester/26-de-outubro-de-1998-discurso-por-ocasio-da-cerimonia-de-assinatura-da-declaracao-de-paz-entre-o-equador-e-o-peru>]. Disponibilidade: 16/06/2020.
- DANESE, Sérgio. (2017) **Diplomacia presidencial, história e crítica**. Brasília: FUNAG.
- DONOSO, Claudia (org.) (2009) **Ecuador-Perú, evaluación de una década de paz y desarrollo**. Quito: FLACSO.

ESPINOSA, Carlos. (1999) La negociación como terapia, memoria, identidad y honor Nacional en el proceso de paz Ecuador-Perú. In BONILLA, Adrián (Coord.) **Ecuador-Perú, Horizontes de la negociación y el conflicto**. Quito: Rispergraf.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (2018) Sessão solene em homenagem aos 20 anos da assinatura do Acordo Global de Paz entre Peru e Equador no Auditório Wladimir Murinho. 16 de outubro de 2018. Publicado em [<https://www.youtube.com/watch?v=tdlIoHTjGrU>]. Disponibilidade: 16/06/2020.

VARGAS, Fábio Aristimunho. (2017) **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: FUNAG.